

Cada vez mais desiguais

Desde os anos 1970, a desigualdade entre ricos e pobres no mundo só fez crescer. Enquanto oito bilionários detêm o mesmo que 3,6 bilhões de pessoas, novas pesquisas mostram que até onde se pensou que o abismo social havia diminuído – caso do Brasil – nenhuma política ou governo foi capaz de solucionar o problema

Maíra Mathias

Nos últimos anos, alguns números vêm atravessando o caminho dos empresários, investidores e governantes mais poderosos do globo, justamente quando esses personagens acorrem aos Alpes prontos a reafirmar os avanços ‘indiscutíveis’ que a economia de mercado trouxe para a humanidade. Não que não tenha havido avanço. Houve, sim. Mas da desigualdade. Atualmente, os oito homens mais ricos do mundo detêm, juntos, US\$ 426 bilhões. É o mesmo valor compartilhado por 3,6 bilhões de pessoas, que representam a metade mais pobre da população mundial. Em 2015, o número era ‘menos’ chocante: 62 bilionários precisavam somar suas fortunas para fazer frente a essa multidão. Mas foi naquele ano que o 1% mais rico passou a acumular o mesmo que os 99% restantes. Se a tendência se perpetuar, em 25 anos poderemos conhecer o primeiro trilionário. Esses e outros dados têm sido divulgados de maneira estratégica pela ONG britânica Oxfam no Fórum Econômico Mundial, que acontece em Davos na Suíça.

No outro quadrante do planeta, durante algum tempo noticiou-se tendência oposta. Depois de décadas marcando presença na lista das nações mais desiguais, o Brasil teria conseguido reduzir sua histórica concentração de renda

neste início de século a partir de uma combinação virtuosa de crescimento econômico e políticas públicas. Contudo, uma bateria de estudos apoiados em números inéditos do Imposto de Renda veio atravessar esse samba. “A concentração no Brasil não tem paralelo no mundo”, rebate o economista Rodrigo Orair, do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Com base nas informações liberadas pela Receita Federal em 2016, ele e outros pesquisadores têm demonstrado que medidas como transferência de renda e valorização do salário mínimo não



foram suficientes para diminuir o abismo entre pobres e ricos e. E isso por uma razão muito simples: a despeito de o andar de baixo ter ganhado alguma coisa, o 1% mais rico seguiu abocanhando cerca de 23% de toda a renda nacional. E sendo pouco – ou nada – tributado por isso.

Lá e cá os números gritam: estamos cada vez mais desiguais. Mas quem acompanha o noticiário sabe que da mesma forma abrupta com que esses números estampam as páginas dos jornais – quando estampam –, uma vez cumprido o ciclo midiático, eles somem. Sem explicação, contextualização ou massa crítica acumulada parecemos estar fadados a esquecer o assunto até que o mais novo estudo rompa o horizonte e nos surpreenda com uma lista ainda mais exígua de bilionários. Nessa reportagem, além dos números, você vai conhecer algumas análises que, de olho na história, ajudam a refletir sobre o sentido da desigualdade no mundo em que vivemos.

Dos ‘anos dourados’ ao fundo do poço

Ao divulgar o relatório este ano, a Oxfam usou a sugestiva imagem de um carrinho de golfe. Com oito assentos, o veículo comporta os homens mais ricos do mundo. Já para embarcar metade da população mundial seriam necessários nada menos do que 450 milhões de carrinhos. A desigualdade neste caso é gritante. Mas um primeiro passo para entender a desigualdade no mundo é perceber o quanto ela é fundante. O modo de produção capitalista pressupõe uma relação desigual entre o dono da fábrica e quem nela trabalha. Não faz parte desse *script* superar essa assimetria. Quando se fala em avanço da desigualdade, portanto, não se parte de uma situação de igualdade. Mas de um fosso social menos profundo.

“É preciso deixar claro dois movimentos aparentemente contraditórios. O primeiro: é possível haver melhor distribuição de renda e melhores condições de vida sob o capitalismo, e isso realmente ocorreu em alguns países durante algum tempo. O segundo: não há nenhuma tendência do capitalismo a melhorar nem a distribuição de renda nem as condições de vida da população. Ao contrário, tende a piorá-las, uma vez que seu impulso fundamental e sua lógica central é a do crescimento do lucro”, explica a historiadora Virgínia Fontes, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). Segundo ela, o que determina para onde se move o pêndulo entre esses dois polos é a pressão que a maioria das pessoas, os trabalhadores, são capazes de exercer sobre a minoria de donos de fábrica. E vice-versa.

Até o início do século 20, em todo o mundo a alíquota máxima do Imposto de Renda não passava de 10%. No cabo de guerra da política, as elites levavam sempre a melhor na sua resistência contra a tributação. “Foi preciso o caos político e econômico para que rapidamente essas elites concordassem em elevar as alíquotas do imposto para níveis superiores a 50%, chegando a ultrapassar 90% nos Estados Unidos e na Inglaterra”, diz Rodrigo Orair. Nada disso brotou da terra ou caiu do céu. Foram necessárias duas guerras mundiais, com várias revoluções e intensas lutas sindicais no meio, para que os trabalhadores acumulassem força suficiente para puxar a corda – que esticou a ponto de assustar o outro lado.

“O medo que se tinha ao final da Segunda Guerra foi que acontecesse o mesmo que ocorreu em praticamente todos os países que participaram da Primeira Guerra Mundial que, ao provocar uma miséria enorme, desencadeou a revolução alemã, a revolução russa, a revolução na Hungria, a revolução no norte da Itália, movimentos grevistas fortíssimos na Inglaterra... O mundo todo estava convulsionado porque os trabalhadores começaram a desertar em massa e a transformar uma guerra capitalista em revolução. A política de Bem-Estar Social foi pautada por esse temor de que, se nada fosse feito, poderia haver uma nova onda de levantes”, contextualiza a socióloga Lúcia Bruno, professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

Assim, os países industrializados convergiram para a adoção de um pacote de medidas que, juntas, contribuíram para a redução drástica da desigualdade ao longo de várias décadas, período que ficou conhecido como os ‘30 anos de ouro’. Nessa cartilha, os tributos deveriam ser progressivos, ou seja: quanto mais rica a pessoa, maiores taxas lhe cabiam. Esse dinheiro iria compor o fundo público que, por sua vez, financiava políticas universais, como um sistema de saúde e uma rede de ensino públicos que qualquer um poderia – e deveria – usar. Por fim, houve a aprovação de uma série de leis trabalhistas que asseguravam salário mínimo, jornada máxima, férias remuneradas etc., e, com isso, tentavam equilibrar a balança desigual entre os interesses dos empregadores e dos empregados. “Então você tem um contexto muito específico que passa também por um dinamismo econômico e um novo paradigma tecnológico, em que prevalecia a ideia de um crescimento puxado pela indústria e pelo consumo”, acrescenta Rodrigo.

Isso começa a se reverter em meados da década de 1970, com uma crise econômica que faz emergir um conjunto de ideais que lançam o pêndulo no sentido do crescimento do lucro, de onde ele não saiu até hoje. “É a fase da globalização, da liberalização de mercados e da reorientação do papel distributivo da política fiscal. Criou-se um consenso de que não era função da tributação promover redução da desigualdade a partir do seguinte raciocínio: você tem que eliminar a progressividade dos impostos, fazer uma alíquota linear para todo mundo, sem essa lógica de que o rico deve pagar mais”, diz Rodrigo, fazendo referência ao neoliberalismo, paradigma econômico que afetou quase todos os países do mundo mais cedo ou mais tarde. “Normalmente, aquilo que os economistas neoliberais defendem como solução para a crise são ajustes estruturais da economia. Entre outras coisas, essas medidas bombardeiam os rendimentos do trabalho na expectativa de que haja uma concentração de capitais, e que esses capitais se trans-

formem em investimentos”, afirma, por sua vez, o sociólogo Ruy Braga, professor da USP.

Do ponto de vista da riqueza e da renda, os anos 1980 são o momento-chave para entender os números da desigualdade. A década é marcada por uma reestruturação nas empresas. “Começa na indústria, com o incremento da robotização, e evolui para a informatização das corporações, que transborda para o setor de serviços, onde se percebe nitidamente a eliminação daquilo que a gente poderia chamar de camadas intermediárias de trabalhadores. Postos de controle, análise, concepção e gerência foram substituídos por sistemas de informação”, completa Ruy Braga. Ao mesmo tempo em que diminuiu o número de pessoas com salários médios, a conta bancária dos funcionários no topo da hierarquia das empresas foi às alturas. Isso porque esses executivos foram transformados em ‘sócios’. Ou seja, parte substancial da sua remuneração passou a ser em bônus, ações ou outros ativos financeiros das empresas. Segundo o relatório da Oxfam, as empresas que atuam no Reino Unido transferem 70% dos lucros diretamente aos acionistas, quando em 1970 esse valor era de 10%, pois o restante era reinvestido na própria empresa. “Os rendimentos dos executivos aumentam na exata medida em que se mostram capazes de reduzir os custos das empresas, maximizando os lucros destinados aos acionistas. Como eles fazem isso? Cortando na força de trabalho, qualificada ou não. É uma bola de neve. E é uma lógica que ultrapassa qualquer país, qualquer política social”, explica Lúcia Bruno.

O arco do fenômeno da crescente polarização dos rendimentos se completa quando entra em cena a base do mercado de trabalho, que inchou. Esses postos são destinados a pessoas com pouca qualificação que, por isso mesmo, podem ser facilmente substituídas. “A cadeia produtiva é complexa. Alguns elos operam com trabalhos muito simples, que qualquer um pode fazer”, diz a socióloga, completando: “O capital precisa cada vez menos de um grande número de trabalhadores muito qualificados. O raciocínio é o seguinte: eu preciso de 10%, então não vou formar 100%. Se essa mão de obra potencialmente existente não vai ser necessária, por que investir na educação de todo mundo? Você qualifica uma elite e, para o restante, dá escola. Mas só porque a escola cumpre outra função fundamental, que é disciplinar e controlar essa juventude e essa infância pobre”.

Esse inchaço da base do mercado de trabalho está diretamente relacionado à globalização. “Quando a gente fala em mercado de trabalho, normalmente pensa em escala nacional: mercado brasileiro, argentino, indiano, francês. Mas com a globalização, houve a formação de um mercado global de trabalho em que houve a entrada de uma quantidade praticamente incalculável de trabalhadores e isso pressionou para baixo os salários no mundo todo”, diz Ruy. As empresas passaram a instalar ou contratar fábricas em países periféricos onde os impostos são menores, a legislação ambiental frágil, os salários e encargos trabalhistas mais baixos do que nos países centrais. Por seu turno, os governos nesses países oferecem isenções fiscais, flexibili-

zam leis existentes, acenam, enfim, com uma série de vantagens no afã de atrair investimentos. “A gente entrou numa espécie de corrida até o fundo do poço em que os Estados competem entre si e, assim, vão deprimindo as suas rendas nacionais. As forças sociais do trabalho estão totalmente na defensiva e os setores empresariais, as grandes corporações, os monopólios e oligopólios internacionais partem para a ofensiva porque acumulam muito poder econômico. Isso compra políticos, compra políticas e assim por diante”, analisa o professor da USP.

O relatório da Oxfam compila alguns números que tratam vários ângulos da gritante assimetria de renda hoje. Uma visão do topo para o centro: o diretor executivo da maior empresa de informática da Índia ganha 416 vezes mais que um funcionário médio da mesma empresa. Uma visão do topo para a base: um diretor-executivo de qualquer empresa do índice FTSE-100 (que acompanha os altos e baixos da bolsa de valores de Londres através das ações de 100 companhias) ganha em um ano o mesmo que 10 mil trabalhadores de fábricas de vestuário localizadas em Bangladesh. Uma visão panorâmica do mundo: a renda dos 10% mais pobres aumentou cerca de US\$ 65 entre 1988 e 2011, enquanto a dos 1% mais ricos aumentou US\$ 11.800, ou 182 vezes mais. Um retrato do país mais importante do capitalismo global: nos últimos 30 anos, a renda dos 50% mais pobres – 117 milhões de adultos – permaneceu inalterada, enquanto a do 1% mais rico aumentou 300% nos Estados Unidos.

O caso brasileiro

Se nas economias dos países desenvolvidos a crescente desigualdade salarial tem sido o maior impulsionador da concentração de renda no topo, o caso brasileiro é um pouco diferente. Um dos poucos dados positivos do relatório da Oxfam diz respeito ao Brasil. Por aqui, os salários dos 10% mais pobres aumentaram mais que os pagos aos 10% mais ricos no período entre 2001 e 2012, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) feita pelo IBGE. Isso aconteceu graças à adoção de uma política de aumento do salário mínimo acima da inflação implantada entre 2003 e 2016 pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Sob esse ponto de vista, a concentração de renda no país diminuiu. O Coeficiente de Gini, indicador que mede a desigualdade entre indivíduos, revelou melhora: em 1995 o índice brasileiro era de 0,601 e, em 2014, tinha caído para 0,518.

Acontece que esse não é o único jeito de medir a concentração de renda. “É possível estimar as desigualdades, basicamente, a partir de duas fontes de informação. A primeira são as chamadas pesquisas domiciliares. O IBGE sorteia domicílios, que visita ou telefona para aplicar um questionário. Os problemas: é difícil sortear uma família muito rica e, mesmo que seja sorteada, essa família tende a subestimar a renda, até porque o grosso desses rendimentos não vem de um salário, mas de dividendos, de aplicações financeiras.

Prédios são erguidos no 'Porto Maravilha', a poucos metros do morro da Providência no Rio de Janeiro



em que os mais ricos estavam pagando mais impostos, o país viveu uma ruptura institucional violenta: o golpe empresarial-militar de 1964.

Entre 1946 e 1947, o Brasil adotou alíquotas mais progressivas de Imposto de Renda, saltando de 20% para 50%. Quando João Goulart assumiu a Presidência, chegou a implantar a maior alíquota da história brasileira: 65%. “O golpe de 1964 assinalou um ponto de inflexão na trajetória da desigualdade. A fração do 1% mais rico interrompeu a tendência de queda e pulou de 17–19% para mais de 25% [da renda total] em apenas cinco anos. A alíquota máxima do IR voltou a ser 50%”, escreve Pedro Herculano.

O caso brasileiro é notável porque mesmo quando o país resolveu pautar a redução das desigualdades sociais e regionais durante a redemocratização, prevendo na Constituição ‘Cidadã’ de 1988 um conjunto de políticas universais inspiradas no Estado de Bem-Estar Social dos países desenvolvidos, ficou faltando um alicerce básico: tributar mais os ricos e menos os pobres. Ao contrário, de lá para cá se multiplicaram as ‘jabuticabas’ do sistema tributário brasileiro, que induzem a concentração de riqueza no topo. A despeito de sistemática campanha que faz parecer que todos pagam muitos impostos, os mais ricos têm o grosso dos seus rendimentos isentos. Em outras palavras, comem o pato e depois saem à francesa, deixando o prejuízo para o garçom.

Hoje o Brasil, junto com a Estônia, é o único lugar do mundo que não tributa dividendos distribuídos aos acionistas. Esses valores chegaram, em 2013, a R\$ 287 bilhões. Os cálculos feitos por Rodrigo e Sérgio mostram que o mecanismo faz com que os 70 mil brasileiros que ganham acima de R\$ 1,3 milhão por ano paguem proporcionalmente uma alíquota de IR de 7% – quando, em tese, deveriam pagar 27,5%. Isso acontece porque a partir de uma renda anual de R\$ 360 mil, as alíquotas começam a cair, pois a principal fonte de renda deixa de ser o salário e passa a ser os rendimentos isentos, principalmente lucros e divi-

Por isso, os rendimentos do capital tendem a ser subdeclarados nas pesquisas domiciliares. A outra maneira de mensurar a desigualdade é olhar o Imposto de Renda declarado pelas pessoas físicas. A vantagem é que eu capto bem a renda dos 7 milhões de adultos no topo, que são os 5% mais ricos do país, e consigo ir além, olhando para o 1% e até para o meio milésimo – 0,0005%”, explica Rodrigo.

As informações do Imposto de Renda não eram divulgadas pela Receita Federal desde 1997. Com os números referentes a vários anos liberados pelo órgão em 2016 em mãos, os pesquisadores puderam finalmente medir a concentração de renda ao longo do período em que as pesquisas domiciliares captaram queda na desigualdade. E o resultado mostra que o país ocupa há muito tempo uma posição sem paralelo no resto do mundo. “De todos os países que têm dados disponíveis, nenhum apresenta tamanha concentração de renda quanto o Brasil”, sentencia Rodrigo, que junto com o colega Sérgio Gobetti, chegou aos seguintes resultados: o meio milésimo da população – 70 mil brasileiros – abocanha 8,5% da renda nacional. Na Colômbia, esse estrato fica com 5,4%, na África do Sul e no Uruguai com 3,3%, em escala decrescente até a Dinamarca, onde o número é de 1,3%.

Os dados tributários trouxeram outra surpresa: diferente do que se pensava, os anos 2000 não foram o momento da nossa história em que a desigualdade mais diminuiu. A descoberta é de Pedro Herculano, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que analisou a mais longa série histórica de declarações do IR, que vai de 1926 a 2013. O período em que fomos menos desiguais foi entre 1942 e 1963, quando o 1% mais rico chegou a abocanhar ‘apenas’ 17% da renda total. Isso foi uma exceção, já que ao longo desses anos o centésimo mais rico deteve entre 20% e 25% de todos os rendimentos brasileiros fatia que, desde 2006, está na casa dos 23%.

Em termos comparativos, hoje os Estados Unidos é considerado um país “muito” desigual porque 20% da renda nacional vai para o 1% mais rico. Para se ter uma ideia de como a desigualdade explodiu recentemente na terra do Tio Sam, o 1% ficava com 16,9% da riqueza nacional entre 1930 e 1935 (antes da instituição de alíquotas progressivas no Imposto de Renda), patamar que no ocaso dos ‘anos dourados’ (1970-1975) havia regredido para 9,2%. Nos países do norte da Europa, constantemente citadas como exemplos na educação pública, no transporte e em outros serviços prestados aos cidadãos, os patamares são bem mais baixos: Dinamarca (6,4%), Holanda (6,4%) e Suécia (7,1%) são bons exemplos.

A desigualdade persiste até os dias de hoje, a despeito de melhoras circunstanciais, porque sempre que o país tentou mudar de rota a elite reagiu. Contrariando explicações para nossa situação que remontam à colonização portuguesa, a análise dos dados tributários demonstra que a distância entre o Brasil e o resto do mundo – particularmente do mundo desenvolvido – pode ser creditada ao fato de que lá uma profunda reforma tributária foi feita. E aqui, justo no momento

dendos, e aplicações financeiras, cujas alíquotas são mais baixas que a dos rendimentos do trabalho.

“Quando fez a reforma nos Estados Unidos nos anos 1980, Ronald Reagan tentou isentar os dividendos, mas houve grandes resistências. A reforma que ele queria passar era mais radical do que a que acabou sendo aprovada. No Brasil, conseguimos chegar muito perto do que o Reagan gostaria. E acabou passando batido”, conta Rodrigo. A comparação é com as reformas brasileiras, a primeira delas feita no governo José Sarney, que reduziu as alíquotas (de 50% para 25%) e a progressividade. Em 1995, o governo de Fernando Henrique Cardoso aprovou a isenção dos dividendos, colocando uma pá de cal no papel distributivo da política tributária.

Alerta geral

A crise econômica mundial de 2008 mudou a percepção das pessoas sobre a desigualdade. Não que o fosso entre os ricos e o restante da população não estivesse se aprofundando há décadas. Ele só não era notícia. Ficou mais difícil desviar os olhos do buraco depois que vários governos mobilizaram bilhões de recursos públicos para salvar os bancos da quebradeira e, mesmo assim, os dividendos pagos a acionistas e altos executivos dessas instituições seguiram sua trajetória rumo à estratosfera. Movimentos como o *Occupy Wall Street*, com seu recado de que os 99% não aceitavam mais sustentar o 1%, foram os precursores de uma nova abordagem da desigualdade, que desembocou em relatórios como o da Oxfam e não deixou incólume nem mesmo entidades historicamente defensoras das políticas neoliberais.

Em 2012, pela primeira vez o Fórum Econômico Mundial deu destaque à desigualdade no seu relatório anual que lista os maiores “riscos” globais. Caracterizando a desigualdade de renda como a “semente da distopia”, o texto alertava que em todo o mundo as pessoas constatavam que seu padrão de vida caía ano após ano, e isso vinha minando a confiança “na habilidade de os governos reverterem essa tendência”. Em 2015, foi a vez de o Banco Mundial renovar o vocabulário. A instituição que, desde 1968, construiu um discurso em torno da erradicação da pobreza, acrescentou em seu relatório a necessidade de a economia promover “prosperidade compartilhada”. Nenhuma entidade foi mais longe do que o Fundo Monetário Internacional (FMI), que em junho do ano passado, publicou um relatório que dizia que “em vez de gerar crescimento, algumas políticas neoliberais aumentaram a desigualdade”.

Segundo Rodrigo Orair, os organismos multilaterais precisaram rever seus posicionamentos à medida que a crise de 2008 foi sucedida por novos períodos recessivos e foi ficando claro que os instrumentos convencionais da cartilha neoliberal se mostraram incapazes de tirar os países e o mundo dessa situação. “Significa a reabertura do debate. Questões que antes eram proibidas voltaram a ser discutidas. Mesmo no *mainstream* da economia, mesmo no *mainstream* político – o que é ótimo”, avalia, citando propostas

que ganham espaço como a do economista Thomas Piketty, que propõe um imposto global sobre fortunas.

Contudo, o ‘x’ da questão parece ser menos a desigualdade em si do que as consequências mais radicais advindas da sua percepção. “A desigualdade crescente pode desintegrar nossas sociedades”, diz o relatório da Oxfam de 2017; “A crescente desigualdade econômica é ruim para todos nós – ela mina o crescimento e a coesão social”, dizia a ONG em 2016.

“É uma indicação de medo que eu traduziria assim: ‘a coisa pode explodir, melhor perder meio anel do que perder os dedos’. O registro dessas entidades é voltar a ter políticas de expansão do capital com adesão da massa popular, um passo do tipo keynesiano. Isso significa gastar alguma coisa com o povo. Mas, aparentemente, os políticos que ascenderam nos últimos tempos, com o Brexit na Grã-Bretanha e Donald Trump nos Estados Unidos, se opõem a isso”, analisa Virgínia Fontes. E continua: “Eles estão com medo da extrema direita porque ela não é controlável por eles. A extrema direita não é contra o capital, mas é contra alguns capitalistas. A campanha de Trump ia contra George Soros [investidor húngaro que vive nos Estados Unidos e é alvo de uma campanha de ‘expulsão’ por financiar movimentos de centro-esquerda]”.

Faceta política

O plebiscito que decidiu pela saída do Reino Unido da União Européia, conhecido como Brexit, foi justificado em parte pela expectativa que trabalhadores ingleses tinham de que empregos voltassem a ser criados no país. Ou que os empregos que lá existiam não tivessem de ser disputados com imigrantes. Uma das principais promessas do bilionário Donald Trump durante a campanha eleitoral à presidência foi trazer de volta aos Estados Unidos os empregos, deportar massivamente imigrantes (mesmo aqueles em situação legal) e construir um muro ao longo de toda a fronteira com o México. Com sua renda comprimida e estagnada, a classe trabalhadora dos países desenvolvidos aposta cada vez mais fichas em lideranças populistas de direita que sugerem que, com vontade política, é possível reverter em pouco tempo o que o capitalismo demorou os últimos 40 anos para construir.

“Estamos em um momento de crise da globalização que começa em 2008 como uma crise financeira, evolui como crise econômica e, agora, passa a assumir mais claramente uma faceta política. As reações em escala nacional têm sido, como era de se esperar, marcadas por uma polarização. Num contexto de crise política, tanto as soluções à direita quanto as soluções à esquerda se sobressaem. E as soluções à direita tendem, num primeiro momento, a ser vitoriosas pois operam uma simplificação dos problemas: a culpa do desemprego é dos imigrantes. Uma vez que esse ‘inimigo’ seja derrotado, expulso, os empregos voltarão. Isso, evidentemente, não irá acontecer porque nenhum governo consegue de maneira voluntariosa reverter o ciclo da

globalização”, analisa Ruy Braga. Para o sociólogo, Donald Trump é o exemplo típico: eleito com um discurso populista, dizia que iria enfrentar *Wall Street* em benefício da indústria e dos empregos dos americanos. “E, depois de assumir o cargo, desfez a regulação em torno do mercado financeiro aprovada depois da crise de 2008. Ou seja, ele faz um discurso para a população contra *Wall Street* e, na prática, adota medidas que favorecem *Wall Street*”.

Mas o que esperar da classe trabalhadora quando essas promessas não forem cumpridas? Ruy aposta que mais cedo do que tarde as pessoas vão perceber que as ditas ‘soluções’ não resolvem o problema e, ao contrário, aprofundam as contradições que o criaram. “Isso significa que temos no horizonte um aumento da instabilidade política nessas sociedades mais fustigadas pela crise econômica”, diz. Virgínia pensa algo semelhante: “Tudo indica que vamos em direção a maiores tensões políticas, não menores. Tanto entre Estados quanto entre classes. Pode vir desde formas explosivas de revolta como uma fascistização forte”.

Enquanto isso, pipocam na imprensa internacional notícias curiosas. Elas tratam dos preparativos dos super-ricos para se protegerem do que eles estão chamando de ‘colapso social’. Além de ilhas particulares, já há condomínios autossustentáveis que garantem, em tese, condições de vida para um pequeno número de famílias residentes. O destino mais procurado é a Nova Zelândia, mas há outros mais inventivos, como um depósito subterrâneo de mísseis desativado transformado em bunker de luxo. Com 20 apartamentos vendidos a US\$ 3 milhões cada, o empreendimento localizado nos Estados Unidos tem no seu quadro de funcionários guardas armados – e até um franco-atirador – para que o ‘direito à propriedade’ seja garantido em meio ao cataclismo. Mas e se o próprio *staff* de segurança se voltar contra os contratantes e preferir levar as próprias famílias para esses abrigos? E o piloto de helicóptero? Esse é o tipo de conjectura que preocupa os super-ricos. “A ambição da concentração ilimitada de riquezas e o medo de perdê-las justamente para aqueles que as produzem, os trabalhadores, movem as classes dominantes. Essas notícias mostram que ambas as pontas – concentração e temor – estão hiperativas. Eles sabem o que estão fazendo, mas não podem fazer de outro modo. A não ser que sejam obrigados”, comenta Virgínia.

Enquanto isso, no Brasil...

Ao mesmo tempo em que os dados do relatório da Oxfam repercutiam na imprensa internacional, Davos sediava um debate sobre como lidar com uma classe média cada vez mais ‘achatada e raivosa’. Lá, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e a presidente do FMI, Christine Lagarde, protagonizaram um duelo de posições, em que o brasileiro defendia a cartilha neoliberal, enquanto a francesa dava voz à recente guinada da entidade, dizendo que a prioridade da política econômica deve ser o combate à desi-

gualdade social. A cena sugere que, em matéria de ortodoxia, o governo Michel Temer é mais realista que o rei.

“No Brasil o debate é marcado por um anacronismo. Todo esse debate de tributação que foi recuperado no resto do mundo, é completamente bloqueado aqui”, observa Rodrigo Orair, que informa que depois da crise de 2008, 21 dos 34 países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tomaram algum tipo de medida para ampliar a tributação. “O mundo está em crise e quase todos os países estão fazendo um esforço para consolidação fiscal que penalize menos os pobres e mais os ricos”, diz. O economista destaca que as ‘soluções’ do governo, como o ajuste fiscal e a Emenda Constitucional 95, que estabelece um teto para os gastos públicos nos próximos 20 anos, vão na contramão dessa tendência pois castigam a base da pirâmide ao cortar na política social justamente quando ela será mais necessária.

Esses efeitos já estão sendo medidos. Um estudo ainda inédito do Banco Mundial divulgado pelo jornal O Globo (13/02) prevê que entre 2,5 e 3,6 milhões de pessoas devem cruzar a linha da pobreza no Brasil em 2017. A maior parte delas é jovem, vive em centros urbanos e é escolarizada (38,2% têm ao menos o ensino médio completo). O principal fator de empobrecimento é o desemprego. Ao projetar dois cenários que levam em conta a crise econômica do país, a entidade estima que até 20,9 milhões de brasileiros podem ficar desempregados este ano. A entidade também estimou a quantidade de brasileiros em condição de pobreza extrema: os 3,4% de 2015 (dados da Pnad) devem saltar para entre 4,2% e 4,6% em 2017. O relatório leva em consideração os impactos do empobrecimento com e sem a ampliação do programa Bolsa Família.

Enquanto isso, a reforma tributária continua na final da fila, atrás da reforma da Previdência, da reforma trabalhista, da venda de terras para estrangeiros, da aprovação de uma regulação para a greve dos servidores que penalize quem integra essas mobilizações, e assim por diante. “No Brasil, há uma política deliberada de arrocho sobre as massas trabalhadoras, sobretudo as mais frágeis. Parece uma tentativa de disciplinamento através da violência econômica e da violência direta. As entidades de convencimento seguem muito ativas – a começar pela mídia – e, por enquanto, o que vem sendo acenado como compensação é a prisão de alguns dos muitos corruptos, uma compensação perversa do tipo ‘todos os trabalhadores perdem direitos mas alguns empresários e alguns políticos vão experimentar a cadeia’”, lamenta Virgínia Fontes. “O capitalismo é aberto a reformas. Uma reforma tributária talvez venha a ser feita mesmo porque a desigualdade está começando a ser contraproducente para o próprio capital. Em países como o Brasil, é difícil reforma. É um país cuja classe dirigente, seja política ou empresarial – e é muito difícil separar as duas coisas –, não é aberta a reformas, mas é adepta da repressão, da violência, do banho de sangue”, pontua Lúcia Bruno. ○

'É NECESSÁRIO RESISTIR AO EMPOBRECIMENTO DO CURRÍCULO'

Cátia Guimarães



Uma das principais mudanças trazidas pela reforma é a criação de itinerários formativos como opções que as escolas podem oferecer no currículo. Mas há quem diga que a LDB hoje já permite essa organização e que a grande novidade mesmo seria a inclusão de um itinerário específico de educação técnica e profissional como parte do currículo do ensino médio. Qual a sua avaliação sobre essa medida?

Eu considero uma regressão social na concepção da educação profissional e tecnológica. Mas acho que primeiro temos que procurar compreender o quadro no qual se instituiu esta reforma, pontuando-a como desdobramento do golpe midiático, parlamentar e institucional vivido no país em 2016. A concepção de uma educação profissional tecnológica plena e integrada é uma concepção de direito social. E todo o quadro instituído neste golpe em curso é de ataque aos direitos sociais. A gente vê claramente isso em outras medidas correlatas como o congelamento [do gasto público] por 20 anos, a própria reforma trabalhista, a reforma da Previdência, a lei da mordada na educação... Isso evidencia que de fato há um quadro de acirramento da luta de classes num momento em que as elites buscam suprimir políticas plenas. Então, por exemplo, quando saem nos grandes jornais e redes de televisão notícias sobre o itinerário formativo do ensino técnico-profissional, os atores falam que querem ir imediatamente para o mercado de trabalho. Ou seja, já embute uma terminalidade precoce no processo educacional.

É nesse contexto que se dá essa proposição de itinerário formativo, com dois argumentos que, a meu ver, são falsos e contraditórios: a flexibilidade e o protagonismo juvenil, e a escola de tempo integral. A reforma começa discutindo uma espécie de concepção curricular e esquece que o grande pro-

DOMINGOS LEITE LIMA FILHO

No dia 22 de setembro do ano passado, o governo de Michel Temer resolveu reformar o ensino médio brasileiro. Fez isso por meio de uma Medida Provisória (nº 746), causando uma grande reação entre profissionais, movimentos sociais e entidades ligadas à educação. Houve quem centrasse a crítica na forma – por MP, a mudança se faria sem aviso ou debate prévio. Ao longo de cinco meses, o texto passou pelas duas casas legislativas. Aprovado com pequenas mudanças, foi sancionado pelo presidente no dia 16 de fevereiro deste ano. A tramitação no Congresso e as campanhas publicitárias feitas pelo governo nesse período, no entanto, não amenizaram as críticas: para muitos estudiosos e entidades, o problema está também no conteúdo da reforma, considerada um verdadeiro “retrocesso social”.

Nesta entrevista, o professor Domingos Leite Lima Filho, da Universidade Tecnológica do Paraná, situa a reforma no contexto da crise política que o país atravessa e analisa as principais consequências dessas mudanças para a educação profissional. Ele acredita que a criação de um itinerário formativo de educação técnica para o ensino médio visa jogar os jovens que dependem da escola pública precocemente no mercado de trabalho, antes mesmo de terem concluído a educação básica. Na prática, diz, essas mudanças vão empobrecer o currículo, gerando uma formação mais aligeirada e operacional, que castigará especialmente os filhos da classe trabalhadora. O professor ainda ressalta que as experiências exitosas que acontecem na rede pública, principalmente as de ensino médio integrado à educação profissional, estão ameaçadas.

blema que nós temos na educação brasileira é a falta de estrutura: professores, laboratórios, bibliotecas, equipamentos, ou seja, condições de funcionamento. A segunda questão, que é da falsidade desse argumento, é dizer que os alunos terão protagonismo de escolher. Ora, na verdade, a grande maioria das escolas brasileiras, convivendo com os quadros de dificuldade que têm, não terão condição de ofertar esses itinerários formativos. No caso específico da formação profissional – que exige equipamentos, laboratórios, espaços de trabalho –, nessas escolas sem condição estrutural, não terá como haver uma oferta de qualidade, e muito menos como escola de tempo integral. Ainda mais num quadro contraditório em que o mesmo contexto político acaba de aprovar por 20 anos o congelamento dos investimentos.

O contexto é de um governo curto, que assume após um impeachment, com a intenção de aprovar um conjunto de reformas estruturais, como a da Previdência e o congelamento dos gastos públicos. Mas por que uma reforma do ensino médio seria estratégica para esse governo, a ponto de ser instituída com tanta pressa, por medida provisória?

Eu diria que nós vivemos um quadro em que o governo que foi instituído pelo golpe tem uma tarefa específica, mas nem por isso está desligado dos interesses mais gerais das classes rentistas. A tarefa específica deste governo é preparar o terreno com rapidez e radicalidade, se aproveitando desse quadro de desmobilização que foi, inclusive, induzido com muito apoio midiático, parlamentar e até institucional. Ou seja, o governo aí colocado não tem nenhum compromisso com o diálogo social, por isso ele está atacando frontalmente os direitos. No momento vivemos num país onde, até na mais alta Corte, se diz claramente que “a legalidade está questionada, a regra é que não existem mais regras”. O capital impõe a retirada do máximo possível de direitos sociais e de políticas públicas. A reforma da Previdência e a reforma trabalhista são claras em relação a isso. Você pergunta: não é surpreendente colocar também uma reforma de ensino médio? Visto de uma maneira superficial, seria surpreendente, mas se nós aprofundarmos o quadro de conquistas de direitos, vamos ver que temos ainda uma grande quantidade de jovens estudantes brasileiros, ou jovens trabalhadores, na idade do ensino médio que não estão na escola. Essa grande parcela da população demanda política pública de inclusão na escola. Mas se avançar a política de conclusão do ensino médio, você terá também que fazer investimento na universidade pública, e isso esbarra no contexto geral de corte dos gastos públicos. Isso se nós pensarmos no ensino médio realmente como etapa final de educação básica, porque eu acho que uma das grandes questões dessa reforma ao instituir o itinerário de formação técnico-profissional é suprimir esse caráter que a LDB trazia do ensino médio como etapa final da educação básica. Ou seja, ao formar o técnico profissionalmente precoce, induzindo à entrada imediata no mundo do trabalho, tenta-se reduzir a demanda pela educação superior.

Isso é novidade no país?

Não. Se regressarmos a 40 anos atrás, no contexto da Lei 5692, ou ainda mais para trás, vamos ver que, de fato, do ponto de vista da redução dos gastos públicos, interessa empurrar para o mercado de trabalho uma grande parte da classe trabalhadora. Agora, para que mercado de trabalho? Um mercado de trabalho no qual o país não tem um projeto de soberania, mercado para o trabalho simples, precário. Claro que, além da questão imediata, o governo tem pressa porque sabe que rapidamente esses argumentos vão cair. A crise no país se acirra, então ele tem que ser rápido, aproveitar enquanto ainda há no Congresso e na mídia condição que permite avançar na retirada de direitos. Agora, o

grande drama disso é que, exatamente por não reconhecer os grandes problemas da educação pública brasileira, essa reforma está fadada ao fracasso naqueles argumentos que ela usa. O jovem vai ter flexibilidade de escolha? Não, ele vai escolher o que a escola oferecer. E não há nenhuma perspectiva de melhoria das condições estruturais das escolas.



A NOSSA EXPERIÊNCIA ESTÁ MOSTRANDO QUE O MELHOR ENSINO MÉDIO DO PAÍS É FEITO EM ESCOLAS PÚBLICAS QUE ADOTAM O ENSINO MÉDIO INTEGRADO

A integração entre a educação profissional e a educação básica, entre conhecimentos do mundo do trabalho e conhecimentos gerais, foi sempre uma bandeira dos grupos progressistas ligados à educação. O texto dessa reforma traz a educação profissional como um itinerário formativo a ser escolhido pelo estudante. Por que não é a mesma coisa?

A reforma simplesmente faz terra arrasada da experiência educacional brasileira, como se o ensino médio que nós temos no país fosse de uma qualidade ruim e inadequada, como se precisasse mudar tudo. E aí, foca-se no currículo. Nós sabemos que temos muitos problemas na educação média brasileira e esses problemas decorrem das condições estruturais que eu já mencionei. Mas a própria população sabe que nós temos excelentes exemplos de como o ensino médio funciona

bem na educação brasileira. Não é uma questão só de defesa de concepções progressistas ou não: há o reconhecimento social, por exemplo, da experiência de ensino médio integrado feito nos antigos e atuais Cefets e nos atuais institutos federais. Eu tenho sempre um olhar muito acurado quando sou apresentado a dados de avaliação [educacional]. Mas os próprios defensores da reforma muitas vezes mencionam o Enem [Exame Nacional do Ensino Médio] e o Pisa [Programa Internacional de Avaliação de Alunos, na sigla em inglês], que é referência internacional, para avaliar a educação. Neles, os estudantes do ensino médio dessas escolas públicas têm resultados espetaculares. A média dos estudantes da rede federal no Pisa supera a própria média da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico]. Esses são dados pouco conhecidos e divulgados. E vale dizer que esses institutos e Cefets praticam o ensino médio integrado. Por que não se trabalha com esse exemplo? Essas boas experiências estão calcadas numa concepção de formação humana e integral que, inclusive, está nas diretrizes curriculares para o ensino médio vigente, que não foram revogadas mas não tiveram suporte estrutural para implantação até hoje. Essa é a concepção que diz que a educação básica deve dar ao cidadão a condição de compreender o mundo em que vive e atuar neste mundo com vista à sua transformação. Isso requer um currículo que integre conteúdos que permitam conhecer não só a dinâmica de uma profissão específica, mas também os processos sociais de organização, as leis dos sujeitos sociais, os processos produtivos – não na sua superficialidade prática, mas com conhecimento de ciência e tecnologia que permita compreender as relações e as diferenças sociais, a história dos países e sua relação no contexto mundial, ou seja, elementos culturais.



ESTÁ-SE DIZENDO QUE FOI RECUPERADA A OBRIGATORIEDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA, ARTE, SOCIOLOGIA E FILOSOFIA NA VOTAÇÃO NO SENADO, MAS ISSO É FALSO

E a reforma não caminha nessa direção?

Não. A perspectiva é que, ao fatiar o ensino médio em diferentes itinerários, nós teremos um empobrecimento das escolas públicas com a redução dos conteúdos e da formação. Quem pagará com isso? A formação das camadas

populares, dos pobres, dos trabalhadores. Quanto aos ricos e aos filhos dos ricos, os pais farão pressão para que as escolas privadas continuem oferecendo um currículo amplo, com a perspectiva de um processo formativo para além de um mero itinerário imediato e com uma continuidade, inclusive, no ensino superior. Faltaria verificar e valorizar esses bons exemplos que já estão na escola pública, inclusive para desmistificar essa história de que o ensino público não funciona. Ora, a nossa experiência está mostrando que o melhor ensino médio do país é feito em escolas públicas e que adotam o ensino médio integrado.

Quais são as principais consequências dessa reforma para a educação profissional?

Primeiro, é uma retomada da dualidade estrutural. É uma formação profissional precoce, que opera com uma terminalidade. Esse tipo de formação é essencialmente prática, operacional – aí nós vamos entender um dos artigos da reforma, que é a flexibilização total no que se refere aos profissionais que trabalharão como professores na educação profissional pelo estabelecimento do notório saber. E, por fim, isso talvez também explique a pressa dessa reforma: é que, no campo específico da educação profissional, ela está prevendo a utilização de parte do fundo público do Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação] pela iniciativa privada para [oferta de] educação profissional a distância, mediante parcerias com organizações sociais, fundações de direito privado etc. Não é por acaso que se destacam entre os principais apoiadores da reforma a Confederação Nacional da Indústria, o Sistema S, o movimento Todos pela Educação, as fundações empresariais, como Unibanco, Lemann e Instituto Ayrton Senna.

É necessário resistir para evitar a dualidade estrutural, é necessário resistir contra a perda da qualidade e o empobrecimento do currículo. Aliás, aqui não se trata só da educação profissional: está-se dizendo que foi recuperada a obrigatoriedade da educação física, arte, sociologia e filosofia na votação no Senado, mas isso é falso. O Senado usou um artifício dizendo que é obrigatório ter conteúdos curriculares nessas temáticas, mas isso não quer dizer que vá ter um professor de educação física, um de artes... Esses conteúdos vão ser desenvolvidos em qualquer disciplina, de qualquer maneira. É necessário resistir ao empobrecimento do currículo e do profissional docente. Dizer que qualquer professor serve para a educação profissional é dizer que os que vão se formar precisam só de uma operacionalidade prática. Não é que não seja importante a experiência do mundo do trabalho, pelo contrário, nós defendemos a necessidade da união entre teoria e prática. E isso inclui a teoria do aprendizado e da reflexão, que é aquela de que nós, profissionais da educação, nos apropriamos quando fazemos um curso de licenciatura. Mas a reforma diz que, se é para formar um trabalhador operacional, basta repetir a experiência e a prática. En-

fim, é necessário resistir a esse incentivo à privatização e à perda de direitos sociais e perspectivas para os adolescentes e jovens das classes populares do Brasil que frequentam a escola pública e que serão os principais prejudicados pela implementação dessas medidas de agressão social.

Essas experiências públicas exitosas que você citou, que hoje são de ensino médio integrado, poderão ser ameaçadas por essa mudança na legislação? Você falou também na necessidade de resistir. Como fazer dessas escolas espaços de resistência?

Essa reforma tem, inclusive, um problema que inicialmente é terminológico. Ela estabelece uma denominação do itinerário formativo como “formação técnico-profissional”. Na legislação brasileira, inclusive na LDB, o termo que nós temos é “educação profissional e tecnológica”. Se esta reforma segue adiante – porque, inclusive, dadas as próprias contradições da inexistência de recursos para investimento, eu já ouvi comentários de que ela será implementada somente a partir do final de 2017 ou mesmo no ano que vem –, num primeiro momento nós teremos um conflito de natureza organizativa. Porque toda a parte da legislação brasileira que está nos parágrafos da LDB que se referem à educação profissional e tecnológica não foi mudada, continua lá e isso inclui o ensino médio integrado. A reforma mexeu especificamente nos artigos da LDB que tratam do ensino médio, estabelecendo aí um itinerário formativo chamado formação técnico-profissional. Então, nós teremos uma orientação, pelo menos, confusa. Por conta da experiência positiva dessas escolas, é importante falar: nós temos uma regulamentação e uma prática vigentes, vamos segui-las. Obviamente, sabemos que não se trata só de definir que orientação legal seguir, depende da política de financiamento e se a gestão apoiará essas iniciativas. Então, acho que pela perspectiva de resistência, uma das estratégias mais fundamentais será a das redes públicas de divulgarem essas experiências junto à sociedade no sentido de buscar a sua defesa. Não dá simplesmente para a reforma dizer: então o ensino médio integrado está extinto. Não, ele continua vigente, regulamentado na LDB.

Ainda sobre o modelo do ensino médio integrado, principalmente na rede federal: em entrevista para uma reportagem anterior da Poli sobre essa mesma reforma, o representante do Ministério da Educação reconheceu o êxito, mas afirmou que essa experiência não é replicável em massa para o país. Qual a sua avaliação sobre isso?

Eu acho que os dados do último decênio no país refutam categoricamente esse argumento do MEC. Poucos anos atrás – me reporto ao ano de 2002 – nós tínhamos a rede federal praticamente situada nas capitais do país e nas grandes cidades que eram polos do desenvolvimento industrial dito de ponta. E o argumento era que essas escolas, aparelhadas com laboratórios e preparadas com um corpo docente estável, não teriam condição de sobrevivência nem público demandante em cidades de médio e pequeno porte. Havia, na época, argumentos que justificavam que essa experiência das escolas técnicas era limitada aos grandes centros. Mas no último decênio no país nós vimos um movimento de capilarização da rede federal, que pulou de algo em torno de 100 instituições para aproximadamente 600 em 2016. E são escolas pequenas, situadas em pequenas e médias cidades do país, com uma procura social muito grande e com inserção na discussão do desenvolvimento e da cidadania desses espaços. Então, o MEC deveria olhar para sua própria experiência, que mostra que esse modelo é sim replicável - evidentemente, se pensamos numa política na qual as redes estaduais também se insiram. É claro que não podemos pensar o país apenas com política da União. Temos que rever a questão do pacto federativo para trazer o compromisso da União, inclusive, com a educação pública de nível médio nos estados. As redes estaduais têm capilaridade. O modelo é replicável se forem oferecidas às escolas estaduais con-

dições similares à da rede federal, ou seja, laboratório, um professor estável, carreira. É essa condição que permite que essa experiência seja exitosa, não é se a escola é federal ou estadual. O argumento do MEC se centra meramente na avaliação de que a União não poderia ampliar as escolas para torná-las todas federais. Mas a própria experiência mostra que sim, que esse seria, de fato, um caminho em busca da excelência na educação básica.

Referindo-se ao itinerário da educação profissional, o artigo 6º da lei que institui a reforma fala em considerar “vivências práticas de trabalho no setor produtivo” e em conceder “certificados intermediários de qualificação para o trabalho”. Já o artigo 8º permite que os sistemas de ensino firmem “convênios com instituições de educação a distância”, incluindo o ensino técnico ofertado “em outras instituições de ensino credenciadas”, sem diferenciar público e privado. Eu queria que o senhor comentasse esses dois aspectos específicos da reforma.

Em primeiro lugar, essa possibilidade que a lei traz, de oferecer um itinerário formativo chamado educação profissional com essa especificidade, visa dar conta de uma coisa que subjaz a essa concepção, que é o aspecto aligeirado, prático, imediato da formação profissional. Essa concepção de valorização de experiência estabelece a possibilidade de parcerias, que podem ser com empresas privadas, com organizações sociais, etc, com aproveitamento de crédito e garantia de parte do recurso do Fundeb. Torna esse itinerário formativo muito vinculado ao mercado de trabalho, muito operacional e ainda com a possibilidade de financiamento público. Aí está a explicação relativa ao aspecto financeiro da reforma. Sem dúvida nenhuma isso é um elemento agravante tanto da qualidade da formação profissional exercida como da gestão dos recursos públicos. O